

INFORMAÇÃO DO PAÍS

DISTRITO FEDERAL

Na sessão solene de instalação dos trabalhos do I Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal, o Dr. Eugênio Gomes, Diretor da Biblioteca Nacional, proferiu a seguinte oração:

"Distinguindo-me com honroso convite para pronunciar a oração de abertura, nesta solenidade, quis o ilustre e dinâmico organizador do I Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal, homenagear de maneira muito significativa a Biblioteca Nacional.

Esta instituição deu-lhe pronta e integral solidariedade à louvabilíssima idéia deste certame, desde o momento em que lha transmitiu.

E não podia deixar de ser assim. Já não se compreende que nenhuma biblioteca permaneça isolada, estritamente a serviço de determinado círculo ou comunidade.

As bibliotecas têm necessariamente que estabelecer entre si os liames e intercâmbios necessários para o fortalecimento de seus próprios fins, ainda porque, desse jogo indispensável de aproximações e contatos, só advirá proveito para o público.

Por conseqüência, a idéia deste conclave correspondeu a um imperativo de força inelutável. Enseja-se

enfim, desse modo, a primeira tentativa para um entendimento em conjunto, do qual resultará certamente algo de útil e aproveitável.

Chegáramos a um ponto em que se tornava cada vez mais aguda a conveniência de se congregarem os técnicos e dirigentes responsáveis, a fim de serem examinados e debatidos, científica e impessoalmente, os complexos problemas, de cuja solução depende o desenvolvimento das nossas bibliotecas.

Circunscrevendo sua ação à raia do Distrito Federal, exclusivamente, o I Congresso de Bibliotecas desta capital caracteriza-se por uma objetividade que é seguro penhor de êxito. Em terreno de tantas dificuldades, quanto mais restrito o campo a lavrar, mais fecunda será a sementeira, e é o que é lícito prever para este certame. Sendo o mais numeroso e variado do país, o conjunto de bibliotecas do Distrito Federal era o que melhor permitia a experiência que se vai agora realizar. Experiência que abrangerá organizações bibliotecárias de diferentes tipos e finalidades, ensejando melhor observação de todos os sistemas em vigor.

Por sua vez, o I Congresso de Bibliotecas contará, certamente, com a colaboração de todos os especialistas da carreira que, com o maior

desvelo, vêm procurando criar uma atmosfera mais compreensiva e favorável em torno das bibliotecas e de seus quadros.

Experimentados no labor de uma profissão que ainda exige muito esforço obscuro e abnegado, os servidores de nossas bibliotecas muitos deles verdadeiros mestres, já se habilitaram, portanto, largamente, para indicar os rumos que os serviços de sua especialidade devem ter, designadamente nesta capital.

O temário esboçado reflete tão admiravelmente o senso dos problemas e conflitos relativos às bibliotecas locais que já é de si mesmo um fator positivo para o mais auspicioso resultado. Os temas e enunciados, que irão ser discutidos, naturalmente com toda a isenção de ânimo, abrem caminho a tantas direções quantas são aquelas que suscitam o ensino e a cultura, onde quer que o idealismo humanístico e democrático deva predominar para a elevação do nível da dignidade humana e do espírito.

Seguir esse caminho é escolher o roteiro indicado para bem servir à coletividade que se dirige às bibliotecas.

Não é enfim sem justificada razão que se procura associar a Biblioteca e a Democracia, expressivamente, no primeiro ítem do temário deste certame. O regime democrático que inscreve entre os seus princípios fundamentais a participação do povo no governo da nação, tem, por isso mesmo, o dever de preparar culturalmente o povo para levá-lo a honrar tão legítima e grave responsabilidade

de política. Urge levar o livro às camadas populares, fazê-las adquirir o hábito da leitura honesta e edificante, criando-lhes o interesse pela aquisição de conhecimentos, que as capacitem a armar-se melhor para a luta pela vida. Principalmente em nosso país, as bibliotecas precisam estar aparelhadas para instruir e educar o povo, mas, por isso mesmo que as nossas universidades nasceram há poucos anos, cumpre também prestigiar os valores de formação intelectual mais desenvolvida. O que significa dizer que não se deve pensar em fomentar a cultura popular, abrindo novas bibliotecas ampliando as já existentes, sem deixar também de volver as vistas para as bibliotecas que se destinam a leitores categorizados. Muito há ainda que fazer em nosso país para que seja uma realidade palpitante o pensamento altamente democrático de Castro Alves quando recomendava que se dessem livros e livros a mãos cheias para o povo pensar. Justamente porque o povo não podia pensar, em antigas eras, a história mostra as peripécias a que o livro já esteve exposto, até converter-se no instrumento mais positivo e permanente da evolução social da humanidade. Hoje mais do que nunca, estamos certos de que, apesar de tantos outros meios de comunicação — rádio, a discoteca, o cinema, a televisão — o livro é ainda o propulsor por excelência da cultura.

Não obstante o brado alarmado do escritor Georges Duhamel contra a ameaça que pesa sobre o livro em nossa civilização, a verdade é que

este continuará exercendo por tempo indefinível o papel de seguro condensador do pensamento humano.

Sua função no combate à obscuridade é tão imprescindível como, numa guerra moderna, a do soldado individual que as armas automáticas mais terríveis não tornaram, ainda, menos necessário.

Mas, tal como o soldado tem que ser arregimentado e submetido a uma ordem seletiva e numérica, que o individualiza, predispondo-o à voz do comando, de igual modo o livro requer um processo de catalogação e classificação para se tornar realmente útil numa biblioteca.

Inútil mobilizar milhares ou milhões de seres ou de livros, sem a disciplina de uma ordenação metódica que imprima a esse corpo de valores um sentido de préstimo individual. Fora disso é o caos. Quanto a livros, pode-se avaliar o que seria o mundo do pensamento, sem os recursos da bibliografia moderna, recordando uma visão algo patética de Ortega y Gasset, em sentido oposto à de Duhamel, e que o impeliu a conjecturar assim: "Se cada nova geração continuar, acumulando papel impresso na proporção das últimas, o problema que apresenta o excesso de livros será pavoroso. A cultura que havia libertado o homem da selva primígena o arroja de novo uma selva de livros não menos inextricável e afogadora".

Este, o conflito mais inquietante que domina o espírito de todos os que se consagram às bibliotecas. Os livros se multiplicam num ritmo tão vertiginoso que está a exigir um pro-

cesso cada vez mais intensivo para a respectiva catalogação.

A verdade é que as principais bibliotecas públicas desta capital não estão ainda em condições de enfrentar essa guerra do livro com armas adequadas na proporção do conflito. A rotina que somos forçados a manter, por deficiência de várias naturezas, não se compadece com essa preamar da coisa impressa que, como já vimos, requer novos meios de ação controladora.

E' preciso admitir que os grandes centros bibliotecários do mundo também estão a enfrentar esse problema, embora melhor aparelhados. Quanto a nós, o momento é chegado, com este conclave, para se fazer pelo menos um levantamento da situação brasileira, neste particular.

Seria um passo talvez decisivo para se ampliar a idéia de coordenação de bibliotecas que o Ministro Antônio Balbino cogita de estabelecer entre as organizações desse gênero subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura.

Se isso se desse, e naturalmente, o assunto exige estudo assentado, as atividades bibliotecárias do Distrito Federal formariam um sistema geral mais caroável às solicitações do povo, da mocidade estudantil e das elites intelectuais. De qualquer modo, porém, impõe-se a conceituação das bibliotecas existentes e do papel que deve de fato caber a cada uma delas, na difusão da cultura nesta capital.

Os países que apresentam o mais assinalado índice de progresso intelectual são precisamente aqueles era

que a cultura é disseminada através de três espécies de bibliotecas: a Biblioteca Nacional ou instituição equivalente; as bibliotecas universitárias e as bibliotecas públicas, estaduais ou municipais.

Possui o Distrito Federal essas diferentes organizações, mas é conhecido que nenhuma delas satisfaz rigorosamente a sua finalidade específica e a realidade indisfarçável é que, para atenuar as deficiências gerais do nosso sistema, a Biblioteca Nacional saiu sensivelmente da órbita que lhe assinala a natureza de seu acervo, na sua maior parte, antigo e raro.

Quem lhe freqüenta as salas de leitura verá a um simples relance de olhos que o maior número de consultantes diários é ultimamente constituído de estudantes do ensino secundário e até primário. A juventude escolar encontra efetivamente, naquela velha casa, a fonte mais à mão e que permite ser consultada com maior largueza.

O fato de estar a Biblioteca Nacional situada em pleno centro e o de funcionar seguidamente doze horas por dia, são fatores que devem contribuir para essa grande afluência de alunos juvenis. Mas, não há dúvida que o aumento progressivo da população estudantil, determinando os "superávit" também crescentes de matrículas nos estabelecimentos oficiais de ensino, tem os seus reflexos imediatos sobre as bibliotecas, e, dentre estas, não há nenhuma que seja mais visada que a Biblioteca Nacional.

Está visto que, sem se aparelharem melhor as demais bibliotecas pú-

blicas, semi-públicas e universitárias, todo o esforço será inútil para restituir a Biblioteca Nacional à sua tradição histórica de biblioteca de altos estudos, realçada por tantas e tão notáveis realizações bibliográficas.

O temário do I Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal, dentre outras proposições de mais alta relevância, sugere a inclusão do ensino de biblioteconomia no currículo da escola normal. O assunto será de certo examinado e debatido convenientemente. A primeira vista, parecerá que é um modo de sobrecarregar o currículo pedagógico de uma disciplina talvez dispensável para a quase totalidade dos alunos daquele estabelecimento. Mas, a tendência à criação de bibliotecas infantis e de escolas primárias indica que, de futuro, os professores dessas escolas terão que possuir noções de biblioteconomia para melhor se desobrigarem de suas funções. Onde não houver lugar para o bibliotecário de carreira, o bibliotecário profissional, haverá, assim, quem esteja habilitado a lhe prover eventualmente a falta. Esse o aspecto funcional da questão, mas há ainda a circunstância de que transmitir os princípios mesmo rudimentares de biblioteconomia a todos os alunos será um meio de levá-los a se comportarem de maneira hábil numa biblioteca.

E, com efeito, ministrado o ensino de biblioteconomia nas escolas, mesmo que seja perfunctòriamente, mais cedo despertariam as vocações para a carreira. De qualquer forma aí seriam adquiridas as noções

elementares de que se precisa para saber como consultar ou o que se vai consultar numa biblioteca. As novas gerações de estudantes que já tivessem recebido esse ensinamento estariam em conseqüência mais aptas a tráfegar os caminhos da cultura, evitando os obstáculos e canseiras conseqüentes da falta de iniciação para encontrar o livro recomendável e indicado.

A verdade é que, à medida que as bibliotecas se desenvolvem como agentes de expansão educativa e cultural, mais imperiosa se torna a necessidade de se ampliar o campo do ensino de biblioteconomia e de estabelecer por esse modo uma consciência profissional à altura da finalidade do livro e da cultura.

E, não se deve ter nenhuma dúvida a este respeito, a formação do pessoal técnico é condição básica para o desenvolvimento das bibliotecas e de sua eficiência. O bibliotecário moderno já não é um simples catalogador e classificador, mas deve estar também preparado para orientar as pesquisas e até mesmo as leituras. Já constitui aliás problema incisivo do nosso tempo o que Ortega y Gasset, falando em 1935, previa para um futuro mais longínquo, isto é, que o bibliotecário deveria dirigir o leitor não especializado pela "selva selvaggia" dos livros e ser o médico, o higienista de suas leituras.

Essa, na realidade, a nobre função de um bibliotecário moderno. Não se exige dele apenas aptidão técnica, mas, também o discernimento intelectual necessário para guiar

o leitor pela selva dos livros. Enfim, quanto mais se desenvolver a educação e a cultura, maior será a necessidade de se equiparem as bibliotecas, de modo a satisfazer às exigências do leitor moderno. Por isso mesmo, o bibliotecário é um lutador que precisa ir abrindo caminho, não somente através da selva insólita dos livros, que o envolve por todos os lados mas, também, no campo de suas reivindicações de classe. Conclaves como este evidenciam que os lutadores dessa campanha nutrem um belo idealismo, cujo reflexo sobre o mundo da cultura não pode ser ignorado sem prejuízo desta mesma cultura. O bibliotecário pelega por se afirmar como classe, positivamente digna de todo o apoio, e sua luta está de tal modo associada ao destino do livro, que, deixar de amparar convenientemente esse incansável servidor, é concorrer para atrofiar a cultura de que é instrumento a organização sistematizada e regular das bibliotecas.

O Presidente Getúlio Vargas, que nunca foi insensível às solicitações da educação e da cultura, não o será absolutamente a esse e outros aspectos da vida das bibliotecas do Distrito Federal e de seus quadros. Já a circunstância de estar o Ministério da Educação e Cultura empenhado em imprimir ação mais ativa e melhor coordenada às bibliotecas que lhe são subordinadas, é um índice de que estamos nos encaminhando para um clima de realizações neste terreno. Prestigiando, por sua vez, o conclave que ora se

instala, o Sr. Prefeito do Distrito Federal e o Sr. ilustre Secretário de Educação e Cultura, fazem reanimar as esperanças de que, nesta capital, o futuro de nossas bibliotecas se desenha realmente promissor".

— Por ocasião da assinatura do Decreto que baixou novo Regimento para o Colégio Pedro II, estiveram no Palácio do Catete, em visita cordial ao Presidente da República, o Sr. Ministro da Educação e os catedráticos da congregação do Colégio. Nesta oportunidade, o Prof. Vandick Londres da Nóbrega, presidente da referida congregação, proferiu um discurso cujo texto damos a seguir:

"Excelentíssimo Sr. Presidente da República.

A Congregação do Colégio Pedro II aqui se encontra, na presença de Vossa Excelência, para assistir à assinatura do decreto que aprova o seu novo Regimento.

Seja-nos lícito, Sr. Presidente, reconhecer e proclamar que as grandes transformações introduzidas no ensino secundário do Brasil, para adaptá-lo às novas conquistas de pedagogia contemporânea têm surgido durante o Governo de Vossa Excelência.

A atual lei orgânica do ensino secundário — o Decreto-lei 4244, de 1942 — veio completar o primeiro passo dado em 1932 com o decreto executivo n.º 21.241. Temos várias vezes proclamado, em discursos e até em livros, que a atual lei orgânica do ensino secundário, fruto do Governo de Vossa Excelência,

atenderia perfeitamente à realidade brasileira se não fora o nefando Decreto-lei 9.303, de 27 de maio de 1946 que a mutilou, suprimindo um dos seus pontos capitais: os exames de licença. Mas, apesar desse decreto-lei de triste memória não somos daqueles que julgam necessário destruir o que aí está para começar de novo. As falhas que comumente se apontam no ensino de grau médio são, em grande parte, decorrentes da crise de crescimento da população escolar.

Bernardo Pereira de Vasconcelos no judicioso e incisivo discurso pronunciado em 1838, no dia do início dos cursos do Colégio Pedro II, dirigindo-se aos mestres que o ouviam recomendou-lhes "resistir a inovações que não tivessem a sanção do tempo, e o abono de felizes resultados".

Queremos, Sr. Presidente, aproveitar a oportunidade que se nos apresenta para, em nome do Colégio Pedro II, agradecer os atos de seu Governo atual que contribuíram para que o secular estabelecimento padrão do ensino secundário continue, hoje como ontem, desempenhando com dignidade e devoção a tarefa que lhe conferiu o regente interino do Império no dia 2 de dezembro de 1837.

O Decreto 29.396, de 27 de março de 1951, que aboliu a cobrança de taxas e mensalidades no Colégio Pedro II, foi o primeiro da série destes atos com que V. Exa. distinguiu o nosso Colégio padrão.

Posteriormente, quis Vossa Excelência que a gratuidade não se li-

mitasse a abranger os alunos regularmente matriculados e daí a razão do decreto que estendeu esses favores até aos alunos que apenas prestassem exames no estabelecimento.

Outro ato do Governo de Vossa Excelência, que mereceu os mais justos aplausos de todos os que se interessam pelo progresso do ensino no país, consistiu na criação das duas novas secções do Externato.

Finalmente, no dia em que o Colégio completa 116 anos de vida, quis Vossa Excelência oferecer-lhe o mais valioso dos presentes — novo Regimento e num gesto de cativante atenção, decidiu que o ato se processasse na presença de sua Congregação .

Seja-nos permitido, Senhor Presidente, por um dever de elementar justiça, declarar, como presidente da Congregação do Colégio Pedro II e como tendo sido a pessoa que coordenou os trabalhos de elaboração do projeto do Regimento apresentado ao Governo, que essa tarefa muito dificilmente teria sido concluída em prazo relativamente curto se não fossem as constantes recomendações a nós transmitidas nesse sentido pelo ministro Antônio Balbino. Foi êle que fixou prazo para a entrega do projeto, foi êle que nos obrigou a convocar sessões contínuas da Congregação, foi êle que nos forçou a passar noites em claro para que tudo ficasse pronto no prazo estabelecido.

Graças, pois, à tenacidade do ministro Antônio Balbino e à extraordinária boa vontade dos professores catedráticos do Colégio Pedro

II o trabalho foi submetido à superior consideração de Vossa Excelência em tempo suficiente para que nos honrasse com tão precioso presente.

O Regimento que vigorou no Colégio Pedro II data de 1927 e constituía tarefa difícil para os administradores saber quais os dispositivos que não tinham sido derogados. Quando os diretores eram solicitados por autoridades e especialmente por estabelecimentos de ensino secundário a fornecer um exemplar do Regimento ficavam numa situação verdadeiramente embaraçosa e disso podemos dar o nosso depoimento. Confessar que o Regimento do Colégio estava caduco, poderia ser mal interpretado; dizer que não havia cópias disponíveis, não convencia. Por isso, numa dessas contingências, depois de haver o nosso interlocutor compreendido a verdadeira situação procurávamos dizer que a lei interna no Colégio Pedro II era uma espécie do édito do pretor na antiga Roma, ou uma modalidade da Constituição Inglesa.

Há alguns anos foram instituídas bolsas de estudo no Internato, de modo que o ingresso no estabelecimento padrão pudesse ficar ao alcance de estudantes de qualquer recanto do País. Foi uma feliz iniciativa que tem produzido magníficos resultados.

Agora, o novo Regimento regulamenta o concurso de docente livre, (de acordo com a Lei 444, de julho de 1937, de modo a tornar possível a professores de qualquer ci-

dade do Brasil o ingresso na carreira de professor do Colégio Pedro II.

A instituição de conselhos e de Departamentos irá contribuir para que haja maior rendimento no ensino; a distribuição de responsabilidades, outrora exclusivas dos diretores, entre os membros do Conselho Departamental; maior prestígio do catedrático que será obrigatoriamente ouvido em todos os atos referentes à cátedra de que é titular; a responsabilidade da Congregação na elaboração dos programas; a aplicação de falta a qualquer membro do corpo docente que não comparecer, sem motivo justificável, às sessões para que tenha sido convocado, constituem os principais pontos do Regimento que Vossa Excelência em decreto de hoje baixará para o Colégio Pedro II.

Senhor Presidente — no primeiro semestre do próximo ano letivo o sr. ministro da Educação e Cultura deverá transmitir a Vossa Excelência o convite especial do Colégio Pedro II para assistir à inauguração do primeiro pavilhão do novo conjunto de edifícios do Internato, cujas obras, projetadas e iniciadas no Governo anterior, não sofreram qualquer interrupção graças à orientação do seu Governo de prestigiar as grandes iniciativas de interesse coletivo.

Ao terminar, Senhor Presidente, desejamos expressar a Vossa Excelência que a melhor forma de testemunhar o nosso agradecimento consistirá no cumprimento exato do novo Regimento e isto faremos, religiosamente, certos de que assim pro-

cedendo estaremos contribuindo para o progresso do ensino e da cultura nacional".

PARANÁ

Em sete de Janeiro, instalou-se, em Curitiba, a XI Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação, sob os auspícios do governo do Paraná comemorando o I Centenário do Estado.

Foi o seguinte o temário a que obedeceram os trabalhos da Conferência:

- 1) Divulgação e ensino dos princípios e objetivos e estrutura da ONU (Organização das Nações Unidas).
- 2) Financiamento dos sistemas públicos de educação.
- 3) Ensino industrial compreendendo: a) finalidade, b) cursos e currículos, c) bases e programas, d) livro didático, e) barateamento e tendência à gratuidade.
- 4) Educação em zonas rurais, compreendendo: a) caracteres da zona rural, b) preparo do magistério, c) a escola isolada, d) Centros Regionais de Educação Rural, e) tipos de Missões Rurais mais adequadas às diversas zonas do Brasil.
- 5) Educação áudio-visual compreendendo: a) radiodifusão a serviço da educação; b) projeção fixa na classe; c) filmes educativos e filmes didáticos; d) a televisão a serviço da educação.

A delegação da Associação Brasileira de Educação, promotora da Conferência, esteve assim constitui-

da: Dr. José Eduardo do Prado Kelly (presidente), Dr. Marcos Almir Madeira, Helena Moreira Guimarães, Dr. Mário de Brito, Dr. Pedro Gouveia Filho, Dr. Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, Dr. Afro Amaral Fontoura, Dulcie Kanitz Viana, Dr. Ismael França Campos, Juracy Silveira, Zilda Faria Machado, Genny Marcondes, Dr. Anísio Teixeira, Dr. Joaquim Moreira de Souza, Dr. Fernando Tude de Souza, Dr. Luiz Alves de Matos, Tereza Rosas Castro, Sílvia Silveira e Helena Antipoff.

O Ministério da Educação esteve presente na pessoa do Sr. Ministro Antônio Balbino e dos Drs. Anísio Teixeira e Moreira de Souza.

Todos os Estados mandaram seus representantes, seus próprios secretários de Educação, ou autoridades por eles credenciados.

A Universidade do Brasil designou como seu representante na conferência o Professor Faria Góes.

Durante a reunião de Curitiba foram pronunciadas quatro importantes conferências, a saber: pelo Dr. Anísio Teixeira, "A crise brasileira de educação"; Professor Amaral Fontoura, "A Educação Rural como fator de civilização no Campo"; Professor Moreira de Souza, "Educação Rural" e pelo Dr. Faria Góes Sobrinho, "Uma experiência de ensino superior".

SÃO PAULO

Sob a presidência do Ministro Antônio Balbino, titular da pasta da Educação, e com a presença de representantes do Senai e de vários

órgãos do M. E. C, instalou-se em 12. de janeiro no Palácio Mauá, a Mesa Redonda de Educação Industrial, promovida pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial. Na instalação da mesma, o Sr. Antônio Devisate, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, pronunciou a seguinte oração:

"A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de S. Paulo têm a maior satisfação e honra em oferecer a sua sede para a I Mesa Redonda Brasileira de Educação Industrial, promovida pela Diretoria do Ensino Industrial do Ministério de Educação e Cultura e pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial.

Assinalamos, com indisfarçável júbilo, a aproximação agora renovada, entre o Ministério da Educação e Cultura e as entidades representativas da indústria paulista. Nem podia esta casa deixar de aplaudir, com verdadeiro entusiasmo, a vossa iniciativa, pois estamos certos de que, dos debates sobre a organização do ensino industrial em nossa terra, só pode beneficiar-se a produção.

Do contato entre as forças da produção e os órgãos oficiais do comércio de idéias e de experiências entre os industriais e os especialistas, hão de frutificar resultados compensadores, iguais aos que já temos colhido até agora de iniciativas idênticas, tomadas no passado.

A indústria paulista não se sente constrangida ou desambientada numa reunião dessa natureza. Ao contrário, participando dos trabalhos

graças ao vosso bondoso convite, acredita que poderá trazer valiosa contribuição para o estudo e o esclarecimento de muitos e sérios problemas.

Nas instituições mantidas e dirigidas pela indústria, têm-se preparado inúmeros técnicos, que se alinham hoje entre os mais capazes especialistas em ensino profissional do Brasil. E os industriais, desviando parte de suas atividades da indústria para se dedicarem a essas instituições, procuram orientá-las sempre segundo as necessidades da produção, impedindo que se distanciem ou se divorciem da realidade fabril. Esta mesa redonda reunirá, portanto, homens com a mesma preocupação e os mesmos propósitos, e, principalmente, com o mesmo desejo ardente de acertar e ser útil ao país.

Senhor ministro: Até certa época o ensino profissional era, em nossa terra, uma simples ficção. Havia, para as indústrias com mais de 500 operários, a obrigatoriedade legal de manter escolas de aprendizado industrial. Mas acontecia que nem sempre era possível cumprir a lei, por motivos de ordem técnica que a boa vontade e a compreensão dos empregadores não podiam superar. As atividades múltiplas que se desenvolvem numa fábrica devem estar concentradas, normalmente, na realização do objetivo da organização, que é o de produzir. Tudo quanto escape a essa finalidade, ou não será convenientemente executado, ou enfraquecerá a empresa como entidade econômica. As exceções a essa regra não nos permitiam pensar

de outro modo, principalmente no inimigo da década de 1940, quando estávamos realizando um tremendo esforço no sentido de desenvolver a nossa produção industrial, de acordo com as imposições do momento, marcado pelo conflito armado que deflagrara na Europa.

Em face dessa realidade um grupo de industriais, tendo à frente Roberto Simonsen e Morvan Dias de Figueiredo, para citar apenas os mortos, solicitou e obteve do governo federal, na época presidido pelo eminente dr. Getúlio Vargas, a criação de uma instituição que, sendo mantida pela contribuição de todos os empregadores, pudesse realizar um trabalho de envergadura, que a todos, indistintamente, beneficiasse. Essa instituição deveria especializar-se no ensino industrial, fazer dessa tarefa a sua razão de ser, aparelhar-se para alcançar o objetivo que se tinha em mira. Surgiu assim o SENAI, em 1942, nos mesmos moldes que deviam inspirar, alguns anos mais tarde, a criação do SESI.

O desenvolvimento do SENAI na 6ª Região, que abrange os Estados de São Paulo e de Mato Grosso, Goiás e o Território do Guaporé, tem sido impressionante.

Pedimo-vos licença para alinhar em seguida alguns números, os quais, em sua objetividade, mostram imparcialmente as proporções da obra realizada nesse setor. Vamos nos referir apenas a São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Território do Guaporé, que, conforme dissemos, constituem a 6ª Região, com sede nesta Capital.

Além das escolas que funcionam sob o regime de isenção, mantêm o SENAI vinte unidades escolares em toda a região, incluindo três internatos, todos com prédio próprio .

Nessas escolas já se registram nos diversos cursos, 82.048 matrículas, assim distribuídas: cursos para menores, 64.445; cursos para adultos, 15.758; cursos pedagógicos, 357; cursos para estudantes de engenharia, 1.448. E foram entregues um total de 20.850 certificados de cartas de ofício a alunos que concluíram os cursos.

Mas a indústria compreende que não basta cuidar de aprendizado profissional, apenas. E' necessário, isto sim, tratar da formação integral do homem, para o que o trabalho desenvolvido pelo SESI — Serviço Social da Indústria — vem contribuindo poderosamente. Assim é que damos ao nosso trabalhador a mais completa assistência alimentar, Odontológica e médico-hospitalar. Nenhum aluno é admitido às escolas sem passar, preliminarmente, por cuidados e competente inspeção de saúde. E mais tarde, depois que se integra na sociedade obreira que procuramos desenvolver segundo princípios de respeito à personalidade e à liberdade de cada um, encontrará à sua frente um mundo de novas perspectivas. E' nosso objetivo dar ao trabalhador não a possibilidade de produzir automaticamente, como se fora simples máquina, mas a consciência de que desempenha uma função social de extrema importância, sendo útil à sua família e à sua Pátria. Daí

os nossos cursos de alfabetização, de corte e costura, de aprendizado doméstico, ao lado dos de supervisão do pessoal na indústria e dos seminários de legislação trabalhista. Daí a criação dos nossos clubes de trabalhadores, onde os nossos operários encontram a possibilidade de praticar esportes, de freqüentar bibliotecas, de cultivar a música ou outras manifestações artísticas.

Senhor ministro e meus senhores: um trabalho dessa envergadura é dos mais importantes, principalmente num país como o nosso, cuja mão de obra apresenta baixos índices de produtividade. O Brasil apresentou em 1951 um valor de 230 milhões de cruzeiros para a sua renda nacional, colocando-se assim como o décimo terceiro do mundo, em ordem de grandeza. Entretanto, sua renda nacional "per capita", conceito muito mais expressivo, é dos mais baixos do mundo, não ultrapassando 4 mil cruzeiros anuais. Estamos, portanto, na faixa em que se situam países como o Egito, Rodésia, Síria, Chile, Grécia México e Japão.

Esta situação, contudo, não revela as diferenças profundas de graus de desenvolvimento econômico que se encontram dentro das nossas fronteiras semi-continentais. Nos limites de 2 a 4 mil cruzeiros anuais "per capita" estão diluídas e reduzidas ao denominador comum da média aritmética, a animadora porção que cabe a regiões mais evoluídas, como São Paulo, com seus 8 mil e 700 cruzeiros e a irrisória quota correspondente as regiões do asolado nordeste.

A baixa produtividade da economia brasileira é imediatamente trazida à luz quando observamos que 65% da nossa população economicamente ativa se dedica a atividades primárias e, sem embargo, contribuem com apenas 31,8% do valor total da renda nacional.

Comparações com dados de outros países mostrar-nos-ão de maneira mais incisiva o grau inferior de produtividade em que se encontram o trabalho da maior parte da população ativa do Brasil. Os Estados Unidos, com apenas 11% da população ativa dedicada à produção primária, apresenta entretanto maior disponibilidade "per capita" de bens agrícolas. Compreende-se facilmente a posição em que estamos colocados, pois a nossa economia apresenta aproximadamente 70% da sua mão de obra contando apenas com a enxada como auxílio mecânico, e valendo-se quase que exclusivamente da sua força muscular como fonte de energia.

Ao Ministério de Educação e Cultura pode e deve caber um papel de suma relevância na recuperação da parcela economicamente inativa de nosso povo, que vive desintegrado em ilhas demográficas, mais densas no litoral e rarefeitas para o interior. Eis porque nos rejubilamos

com a presença, nesta casa da indústria e da produção de s. excia. o sr. ministro dr. Antônio Balbino, a quem neste instante rendemos nossas respeitosas homenagens.

O nosso trabalho, no setor do aprendizado profissional, que vem sendo realizado há mais de 10 anos, através do SENAI e do SESI, de modo sistemático e científico, é a credencial com que nos apresentamos à I Mesa Redonda Brasileira de Educação Industrial.

Nós vo-la apresentamos com o justificado orgulho de quem está cumprindo com o seu dever. Homens da competência e do brilho de s. excia. o sr. ministro da Educação e Cultura, bem como dos renomados especialistas que o acompanham, elegeram São Paulo para discutir problema de tal magnitude. São Paulo, que nasceu à sombra de uma escola, abre-vos as portas de par em par, orgulhoso de poder mostrar-vos tudo quanto realizou em quatro séculos de história. Agradecendo a vossa presença, colocamos à vossa disposição a nossa sede e os nossos Departamentos Técnicos e Serviços Auxiliares. Estamos certos de que encerrareis os trabalhos que hoje se iniciam com redobrada confiança na capacidade e patriotismo de nossa gente e portanto nos gloriosos destinos do Brasil".